



399 *af*

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Grupo de Câmaras de Direito Público  
Ação Rescisória nº 78386-8/01 - Recife  
Autor: Creonildo Marcionilo de Lacerda  
Réu: Estado de Pernambuco  
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO RESCISÓRIA. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO. REJEIÇÃO. PRETENSÃO, *IN STATUS ASSERTIONIS*, COMPATÍVEL COM A VIA DA AÇÃO RESCISÓRIA. MÉRITO. FUNDAMENTO EM PRETENSA AFRONTA A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. OFENSA MERAMENTE REFLEXA. PLEITO RESCISÓRIO INDEFERIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

- a) Diferentemente do que alega o réu, em sede de preliminar, a pretensão exercida é admissível, em tese, no ordenamento jurídico brasileiro, e compatível com a via da ação rescisória, o que é suficiente para refutar a preliminar de carência de ação à luz da teoria da asserção, acatada pelo direito processual brasileiro. Rejeitada, pois, a prefacial em questão;
- b) Não procede ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei quando a eventual violação for meramente reflexa, constatada através de interpretação, como no caso em apreço, no qual se questiona ofensa indireta aos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- c) Ação Rescisória julgada improcedente sem discrepâncias.

*6* ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Ação Rescisória nº 78386-8/01**, de Recife, na qual figuram, como



400  
02

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Autor, o Sr. **Creonildo Marcionilo de Lacerda** e, como Réu, o **Estado de Pernambuco**,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Colendo Grupo de Câmaras de Direito Público, à unanimidade de votos, em **julgar improcedente a presente Ação Rescisória**, tudo de conformidade com os votos e notas taquigráficas em anexo, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 26 de Março de 2013.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**



Fl. 387  
387

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

11

Grupo de Câmaras de Direito Público  
Ação Rescisória nº 78386-8/01 - Recife  
Autor: Creonildo Marcionilo de Lacerda  
Réu: Estado de Pernambuco  
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**RELATÓRIO**

Trata-se da Ação Rescisória intentada por **Creonildo Marcionilo de Lacerda** em detrimento do **Estado de Pernambuco**, tendo em vista desconstituir o Acórdão da Segunda Câmara Cível desta Corte de Justiça, julgadora da Apelação Cível nº 78386-8.

O autor, ex-soldado da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, ajuizou, originariamente, a Ação Ordinária nº 001.1997.051754-9, a fim de anular o ato que importou em seu licenciamento, ex officio, da Corporação, a bem da disciplina, fundamentada no artigo 109, §2º, c, do Estatuto da PMPE (Lei nº 6.783/1974). No entender do demandante, a exclusão determinada pelo Comando Geral seria eivada de ilegalidade, pois não fora precedida de prévio processo administrativo disciplinar com as garantias de contraditório e ampla defesa.

Julgada procedente, em primeiro grau, a ação, este Tribunal, por sua então Oitava Câmara Cível (hoje, Segunda Câmara de Direito Público), reformou a sentença de procedência, provendo o apelo, de forma unânime. Dita decisão veio a transitar em julgado na data de 06 de fevereiro de 2010, segundo dá conta certidão acostada às fls. 326.

Inconformado com a decisão transitada em julgado, vem, agora, o autor, postular sua rescisão, com azo no artigo 485, IV e V, do Código de Processo Civil (ofensa aliteral disposição de lei), pois teria sonogado ao autor o direito ao contraditório e à ampla defesa na instância administrativa, ofendendo, destarte, o artigo 5º, LV, da Constituição Federal:

"LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

Fls.  
388  
388

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

---

Sustentando-se nessa tese, requer a rescisão do julgado objugado e, cumulativamente, a prolação de nova decisão, consentânea com seus interesses. Como pedido sucessivo à rescisão do julgado e prolação de nova decisão, acresce-se o pleito de condenação do réu ao pagamento de honorários advocatícios no valor de 20% do valor da execução.

Devidamente citado, o Estado Pernambuco contestou a presente ação, às fls. 218-233, opondo-se à pretensão rescisória, a partir dos seguintes fundamentos:

- a) Preliminarmente, a carência de ação, tendo em vista a impossibilidade jurídica do pedido e a inadequação da via eleita para a mera rediscussão de fatos e provas;
- b) No mérito, aduz, inicialmente, a reprovabilidade do comportamento geral do autor, cuja ficha disciplinar denota falta de decore costumeira, denotada pela reiteração de infrações. Arremata com a defesa genérica do mérito administrativo, inenso - relembra - ao controle jurisdicional. Como defesa eventual, requer que, em caso de procedência da ação, sejam, os honorários, arbitrados nos parâmetros preconizados pelo artigo 20, §4º, do Código de Processo Civil.

Conclui, o réu, tratar-se, portanto, de mera pretensão de questionar a justiça do acórdão impugnado, incompatível com a via eleita.

Ante a veiculação de defesa preliminar, intimamos o autor para apresentar réplica, no prazo de dez dias, o que foi feito às fls. 383-384, nas quais não se digna a infirmar a prefacial suscitada na peça de bloqueio.

Intimado, o Ministério Público, por meio de seu Subprocurador Geral de Justiça, opinou pela rejeição da preliminar, posto que se confunde com o próprio mérito da causa, e, quanto à questão de fundo, pugnou pela improcedência da ação, posto que escorreito o ato excludente, praticado por autoridade competente e à luz do paradigma procedimental legal, inclusive, respeitando as garantias do contraditório e da ampla defesa.

É o Relatório.

À douta Revisão.



fls.  
383  
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

---

Recife, 24 de setembro de 2012.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator



401  
Luz

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Grupo de Câmaras de Direito Público  
Ação Rescisória nº 78386-8/01 - Recife  
Autor: Creonildo Marcionilo de Lacerda  
Réu: Estado de Pernambuco  
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**VOTO EM PRELIMINAR - CARÊNCIA DE AÇÃO**

Registramos, por ocasião do Relatório, que o Estado de Pernambuco argui, enquanto preliminar, a carência de ação, por impossibilidade jurídica do pedido e inadequação da via eleita, na medida em que o autor estaria desnaturando a ação rescisória, desnaturando-a em uma espécie de sucedâneo recursal.

No entender do ente suplicado, o procedimento do suplicante denotaria o vão intento de questionar a justeza da decisão rescindenda, rediscutindo os fundamentos decisórios, como fatos e provas acolhidos pela Corte por ocasião do julgamento da Apelação nº 78386-8.

Após o cotejo da defesa prefacial com os termos nos quais se lavrou a peça exordial, não nos parece plausível a defesa processual brandida na contestação.

Tendo em conta que o exame das condições de ação deve-se implementar *in status assertionis*, vemos que, na inicial, o autor sequer menciona matéria fática: antes, critica o fundamento jurídico perfilhado pela decisão rescindenda, na medida em que esta, contrariamente ao disposto no artigo 5º, LV, da Constituição da República, teria concebido a possibilidade de aplicação de sanção disciplinar à mímica de contraditório e ampla defesa ao militar não-estável.

Ainda que discutível a procedência da causa de pedir endossada pelo autor, o fato é que, ao menos em tese, a ofensa a literal disposição de lei é vício ensejador da tutela rescisória, o que profliga a tese de defesa ora debatida.

Como corolário dessas razões, voto pela **rejeição da presente preliminar**.

É como voto.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator



402  
ef

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Grupo de Câmaras de Direito Público

Ação Rescisória nº 78386-8/01 - Recife

Autor: Creonildo Marcionilo de Lacerda

Réu: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO DE MÉRITO

A Rescisória constitui medida excepcional, pela qual se permite questionar a decisão judicial revestida pelo pálio da coisa julgada. Dada a gravidade de seus efeitos, somente é admissível em situações bastante peculiares e extraordinárias.

Visando restringir o emprego desse expediente, o legislador pátrio cuidou de elencar, no artigo 485 do Diploma Processual Civil, as hipóteses taxativas de cabimento desse procedimento, entre as quais, como nos referimos, encontra-se arrolada a situação invocada pelo autor, qual seja, a de ofensa a literal disposição de lei, que, de pronto, deve ser aferida.

Andou bem o legislador ao restringir o *error in iudicando* rescindível aos casos de frontal ofensa às normas legais. Isto porque, sendo, as proposições normativas, signos de tessitura aberta, obviamente, são passíveis de ambiguidade e vagueza de sentido. Tratando-se de princípios constitucionais, essa abertura é propositalmente ampliada, a fim de permitir a ponderação dos mesmos quando, concretamente, encontrarem-se em situação de colisão.

A extensão semântica dos princípios constitucionais, como aqueles invocados pelo autor, não pode, todavia, ser combinada com uma aplicação intransigente da sua literalidade, como se de regras se tratasse. Estas, sim, estão, no dizer de Robert Alexy, sujeitas a um juízo de "tudo ou nada". Neste sentido, é muito mais factível a ofensa à literal disposição de lei quanto a normas-regras do que quanto a normas-princípios. Estas, capilarizando-se por todo o ordenamento jurídico, podem, muitas vezes, sofrer ofensas reflexas, identificáveis à custa de uma interpretação acurada, o que não satisfaz a hipótese de cabimento da ação rescisória prevista no artigo 485 do Código de Processo Civil. A jurisprudência superior comunga do entendimento contrário ao cabimento da rescisão de decisão por ofensa indireta:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA EM SUPOSTA VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. NÃO-OCORRÊNCIA DE



403  
leg

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**CONTRARIEDADE AO ART. 485, V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.**

1. Consoante já proclamou a Segunda Seção desta Corte, ao julgar a Ação Rescisória 370/MG (Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 22.8.2005, p. 124), "a desconstituição de acórdão pela via rescisória demanda a impugnação, objetiva, a todos os fundamentos da decisão, não cabendo à parte, sem o fazer, meramente indicar outras normas que entenda mais pertinentes à solução da controvérsia primitiva". Também na Segunda Seção, por ocasião do julgamento da Ação Rescisória 1.803/RJ (DJ de 1º.10.2007, p. 208), o Ministro Relator Aldir Passarinho Junior fez consignar na ementa que "suposta violação reflexa não autoriza a rescisão do julgado com base no art. 485, V, do CPC". Nesse último precedente, ainda ficou consignado no voto condutor do acórdão: **"Para que tenha cabimento a rescisão faz-se necessária a configuração de afronta direta, literal, a determinada norma legal, jamais suposta ofensa reflexa (...)."**

[...]

4. Recurso especial desprovido." (STJ, 1ª Turma, REsp 792907/SC, Rel. Min. Denise Arruda, DJe 07/05/2008).

**"ADMINISTRATIVO - AÇÃO RESCISÓRIA - DESAPROPRIAÇÃO - RESSARCIMENTO EM UMA MESMA AÇÃO DO IMÓVEL EXPROPRIADO E DE ÁREA CONTÍGUA - TITULARIDADE DE AMBOS OS DIREITOS PELOS RÉUS - IMPROCEDÊNCIA.**

**1. A pretensão rescisória, fundada no art.485, inciso V, CPC, conforme o entendimento doutrinário e jurisprudencial, têm aplicabilidade quando o aresto ofusca direta e explicitamente a norma jurídica legal, não se admitindo a mera ofensa reflexa ou indireta. É o caso de uma interpretação aberrante da lei (RT 634/93). Não é o que se observa quando o acórdão, diante de algumas molduras possíveis, elege uma delas, de entre outras aceitáveis, sem destoar da literalidade do texto da regra;**

[...]

3. Ação rescisória improcedente (STJ, 1ª Seção, AR 1192/PR Rel. Min. Humberto Martins, DJe 17/11/2008).





404  
*[assinatura]*

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

---

No caso em apreço, o Tribunal não negou vigência ao artigo 5º, LV, da Constituição Federal: tão-somente, à luz das provas dos autos e por meio de processo interpretativo, concluiu que o dispositivo em questão não fora vulnerado. A pretensão do autor, portanto, consiste em rediscutir a justiça da decisão.

Ainda que, por epítrope, consideremos, dentro da tessitura da norma constitucional invocada, sentido que levasse a exigir prévia sindicância ou procedimento administrativo disciplinar, isto só tornaria a interpretação controvertida, situação que, na esteira da jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, não enseja o cabimento do remédio rescisório. A propósito, confira-se a Súmula nº 343 do Supremo Tribunal Federal:

*"Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais".*

Estas razões bastam para corroborar a insubsistência do pleito formulado pelo autor, de modo que meu voto é pela **improcedência da presente Ação Rescisória**.

É como voto.

*[assinatura]*  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO - 26.03.2013.

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 78.386-8/01 - RECIFE

AUTOR : CREONILDO MARCIONILO DE LACERDA

RÉU : ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR : DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO

REVISOR : DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

**RELATÓRIO**

O Relatório encontra-se às fls. 387/389 dos autos.

---

**VOTO DO RELATOR**

O Voto do Relator em relação à preliminar de Carência de Ação encontra-se às fls. 401 dos autos, rejeitando-a.

---

**DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (REVISOR)**

Também rejeito, Sr. Presidente.

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE E RELATOR)**

Em discussão. Todos de acordo?

---

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES ERIK SIMÕES, JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, ALFREDO JAMBO, JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES, ANTENOR CARDOSO, FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO E FERNANDO CERQUEIRA VOTARAM DE ACORDO COM A TURMA REJEITANDO A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO.

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE E RELATOR)**

O Voto do Relator em relação ao Mérito encontra-se às fls. 402/404 dos autos, pela improcedência da presente Ação Rescisória. Condeno em custas e honorários em R\$ 100,00(cem reais), suspensa a execução em razão dada à solidariedade da Justiça.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (REVISOR)**

Na linha do que já foi decidido hoje, voto no mesmo sentido.

---

**DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE E RELATOR)**

Em discussão. Todos de acordo?

---

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES ERIK SIMÕES, JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, ALFREDO JAMBO, JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES, ANTENOR CARDOSO, FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO E FERNANDO CERQUEIRA VOTARAM DE ACORDO COM A TURMA EM RELAÇÃO AO MÉRITO, JULGANDO IMPROCEDENTE A AÇÃO RESCISÓRIA.

---

**DECISÃO:**

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITADA A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO. MÉRITO: À UNANIMIDADE DE VOTOS, JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO RESCISÓRIA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

---

*[Assinatura]*